

XVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFJF

Grande área:

Ciências Sociais Aplicadas

Projeto:

FUNDAMENTOS IUSFILOSOFICOS DOS DIREITOS HUMANOS

Autores:

YAGO CONDÉ UBALDO DE CARVALHO (II PROGRAMA DE APOIO À INSTALAÇÃO DE DOUTORES)

ALAN ROSSI DA SILVA

MARIANA SALIMENA

JHENIFFER PALMEIRA

NATHALIE BARBOSA DE LA CADENA (ORIENTADOR)

Resumo:

Trata-se de pesquisa sobre os Fundamentos iusfilosóficos dos Direitos Humanos (DH), como parte do grupo Direitos humanos e inovações tecnológicas. O objetivo foi identificar os fundamentos filosóficos presentes nas doutrinas contemporâneas sobre DH, debatendo também casos concretos a fim de verificar os reflexos dos pressupostos iusfilosóficos nos julgamentos. A busca por coerência e por uma efetiva defesa dos DH em âmbito universal foi o cerne do trabalho. Pois se compreende que, por mais que pactos e tratados sejam realizados e, aparentemente, vinculem e garantam legitimidade às cortes internacionais, o argumento iusfilosófico acrescenta coerência e permite uma proteção mais ampla aos referidos direitos. Ademais, podem ser fortes instrumentos para a construção de doutrinas e jurisprudências que se consolidem e possam romper com os interesses de determinados países que muitas vezes dominam a jurisdição internacional e impossibilitam a proteção universal aos DH. Com isso em mente, realizou-se o debate baseado no estudo de correntes filosóficas, tais como o Utilitarismo, o Constitucionalismo e o Relativismo, e casos concretos foram discutidos sob a ótica dessas correntes - v.g. o caso Darfur-Sudam, julgado pelo Tribunal Penal Internacional; o caso Gomes-Lund Y Otros (Araguaia), julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no qual o Brasil foi condenado por crimes cometidos durante o governo militar iniciado em 1964, e o caso da Croácia vs. Sérvia julgado pela Corte Internacional de Justiça, vinculada às Nações Unidas. Através dos casos concretos pôde-se verificar como atuam as cortes internacionais protetoras dos DH: algumas de maneira mais efetiva e incisiva e outras mais sujeitas ao interesse de nações dominantes. Além disso, foram analisados também os Estatutos de fundação do Tribunal Internacional Penal e da Corte Internacional de Justiça, que partem de fundamentos iusfilosóficos distintos. Há de se ressaltar, ainda, o papel das novas tecnologias, especialmente as de comunicação, como fomentadoras do debate e meios de se atingir maior transparência e acesso à Justiça, visto que o

acesso a documentos oficiais é facilitado e é possível demandar a Corte Interamericana de Direitos Humanos, para eventual abertura de processo, através da internet.